

# Todos reclamam dos planos do governo

Empresários e banqueiros não estão gostando das anunciamas medidas que o governo estaria estudando para aumentar sua receita tributária. A antecipação no recolhimento do Imposto de Renda devido pelas empresas, pretendida pelo governo, por exemplo, contribuirá para agravar ainda mais os problemas financeiros de inúmeras empresas, ao transferir para o poder público recursos programados para investimentos e manutenção de empregos. A opinião é do técnico em assuntos fiscais, Boris Lerner, diretor da área fiscal da Arthur Andersen, uma das maiores firmas de auditoria que atuam no País.

Ele lembrou que o governo fala novamente em antecipar o recebimento de impostos justamente em uma fase em que as empresas estão enfrentando inúmeras dificuldades para manter o emprego de seus trabalhadores, o pagamento dos fornecedores e os investimentos necessários para sua sobrevivência. "É óbvio que haverá uma quebra geral das empresas se o governo concretizar aquela intenção", disse.

Para o vice-presidente do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (Ibmec), Paulo Guedes, o governo, na prática, declarou moratória interna e, para tentar cobrir o seu descontrole de gastos aumenta a carga tributária em flagrante contraste com o seu propósito de redução do déficit público. Na sua opinião, a sociedade brasileira não comporta mais a política errada de aumento da carga tributária.

"Os mesmos economistas do PMDB que condenavam esse expediente utilizado pelo ministro Delfim Neto hoje usam o mesmo método com a maior naturalidade", desabafou o presidente da Federação Fluminense de Pequenas e Médias Empresas, Antônio Guarino. Na

sua opinião, a sociedade brasileira não tem condições de enfrentar mais um aumento na carga tributária, principalmente no momento em que o governo faz uma tal redução no consumo, sem dar condições para o aumento da cesta, "razão pela qual, a possível decisão é, na realidade, uma medida burra de recessão".

Sobre o plano do governo de criar uma reserva sobre os lucros dos bancos para financiar pequenas, médias e microempresas, Guarino disse que "esse é o maior escândalo governamental, a deslocar o nosso setor empresarial dentro do nível de problemas sociais do tipo proteção ao menor abolido, onde o banco que lucra pode salvar uma ou duas empresas e se não tiver lucro ela morre".

O presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Antônio de Paula Rocha Diniz, também não gostou da possível medida do governo. Ele disse ontem que os bancos cedem a hipótese de sofrer novas penalizações quanto à destinação de recursos. Essas instituições sejam obrigadas a destinar parcela de 20% dos resultados como reserva para empréstimos subsidiados às pequenas e médias empresas. "O sistema bancário já é muito penalizado, pagando alíquotas altíssimas", disse Diniz.

A questão, porém, ainda não havia sido esclarecida pelos bancos, que esperavam marcar o encontro com o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, para discutir a situação das pequenas e médias empresas. Segundo fontes bancárias, "os resultados dos bancos podem ter sido satisfatórios neste semestre, mas trabalham com ativos de liquidez incerta". Grande parte dos resultados, portanto, é contábil, entendem os informantes.